



TESOURO NACIONAL

2022

Junho de 2022

RREO em Foco da União

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União



Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Executivo do Ministério da Economia

Marcelo Pacheco dos Guarany

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento

Esteves Pedro Colnago Junior

Secretário Especial adjunto do Tesouro e Orçamento

Julio Alexandre Menezes da Silva

Secretário do Tesouro Nacional

Paulo Fontoura Valle

Secretária Adjunta do Tesouro Nacional

Janete Duarte Mol

Subsecretário de Administração Financeira Federal (SUAFI)

Marcelo Pereira de Amorim

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal (SUPEF)

Davi Rebelo Athayde

Subsecretário de Gestão Fiscal (SUGEF)

Adriano Pereira de Paula

Subsecretário da Dívida Pública (SUDIP)

Otavio Ladeira de Medeiros

Subsecretário de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN)

Pricilla Maria Santana

Subsecretária de Assuntos Corporativos (SUCOP)

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Subsecretário de Contabilidade Pública (SUCON)

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Coordenador-Geral de Contabilidade da União

Luciano Moura Castro do Nascimento

Coordenador de Informações Contábeis e Fiscais da União

Renato da Costa Usier

Gerente de Informações Contábeis

Henrique Guilherme do Amaral Santos

Equipe Técnica

André Luiz Santana Ferrari

Marcelo Ferreira Guerra

Sandro Alex Bezerra Vieira

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional Arte

Viviane Barros e Hugo Pullen

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

Anexo 3

Port. STN 924/2021

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 924/2021

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 924/2021

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 924/2021

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 924/2021

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

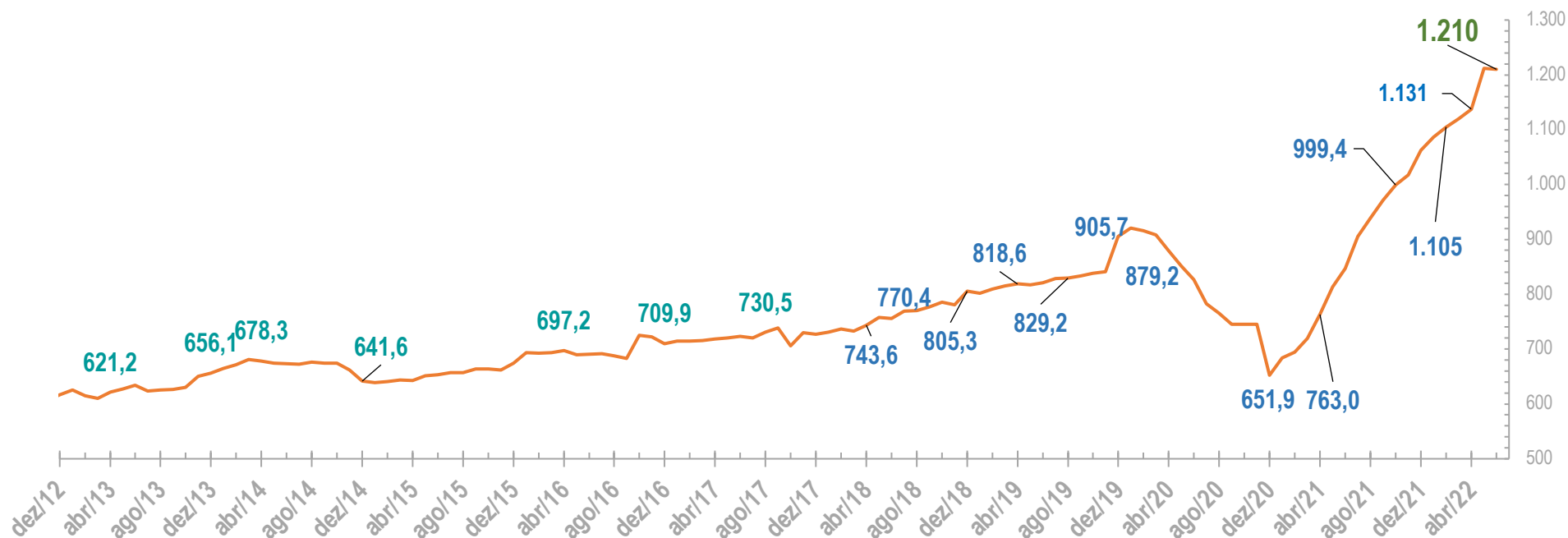
Anexo 3

Port. STN 924/2021

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Corrente Bruta	1.030	1.135	1.220	1.243	1.283	1.361	1.408	1.536	1.691	1.514	1.986	2.252
Receita Tributária	339	348	376	400	425	459	465	507	546	517	711	802
Receita de Contribuições	545	590	643	671	688	730	800	844	853	826	1.001	1.090
DeJuns Receitas Correntes	146	197	201	172	170	172	143	184	292	171	274	361
Deduções	471	518	564	602	608	651	681	730	785	862	924	1.042
Transf. Constitucionais e Legais	173	184	203	218	214	239	240	267	298	378	367	439
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	245	274	298	319	326	342	361	380	405	396	454	496
Outras Deduções	53	60	63	65	68	70	80	84	83	87	103	107
Receita Corrente Líquida (RCL)	559	617	656	642	675	710	727	805	906	652	1.063	1.210



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2022, Anexo 3 –Receita Corrente Líquida.

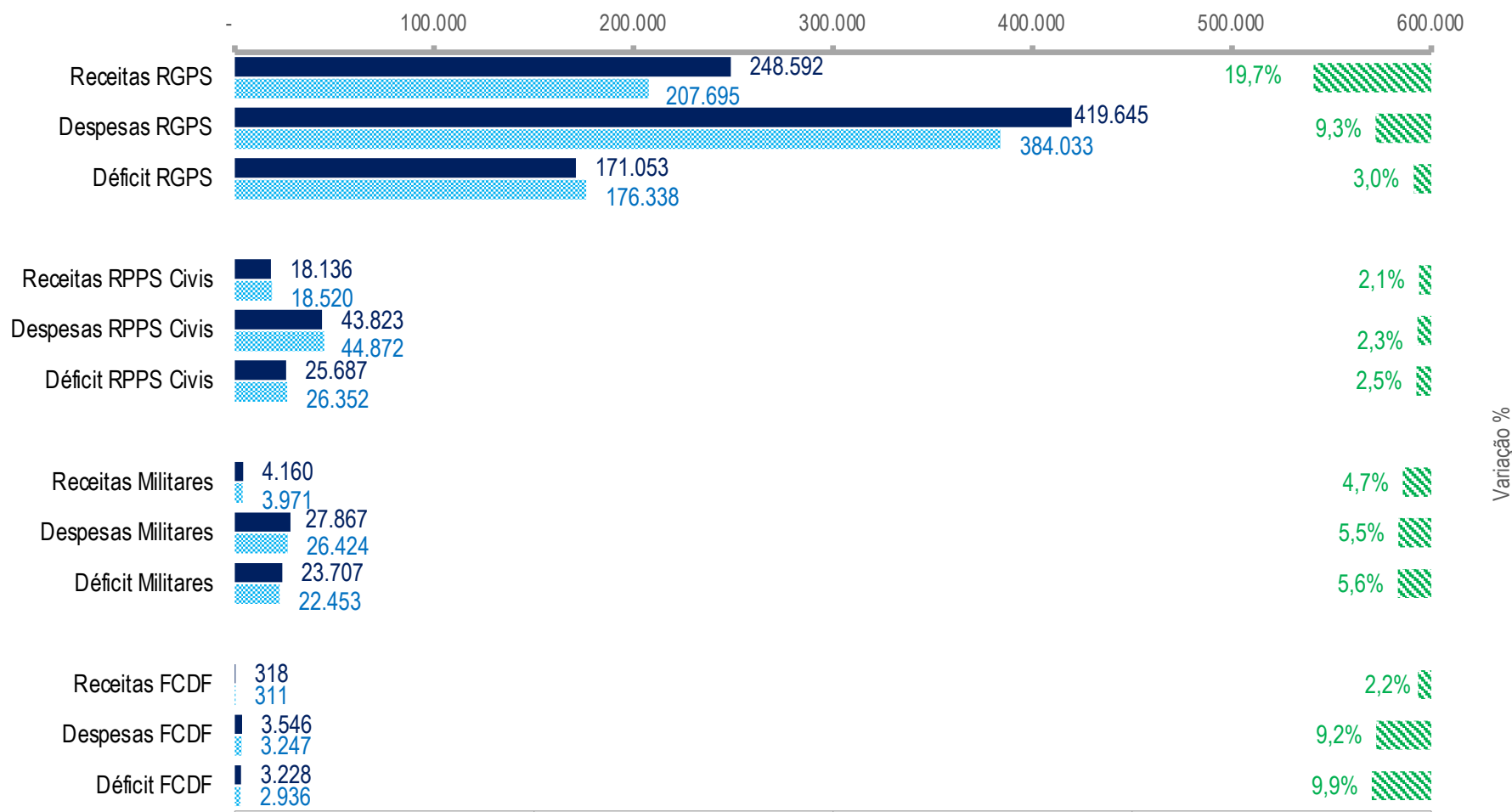
Anexo 4

Port. STN 924/2021

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - até Junho/2022 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2022

■ 2021

■ Variação (%)

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2022, Anexo 4 – Previdência.

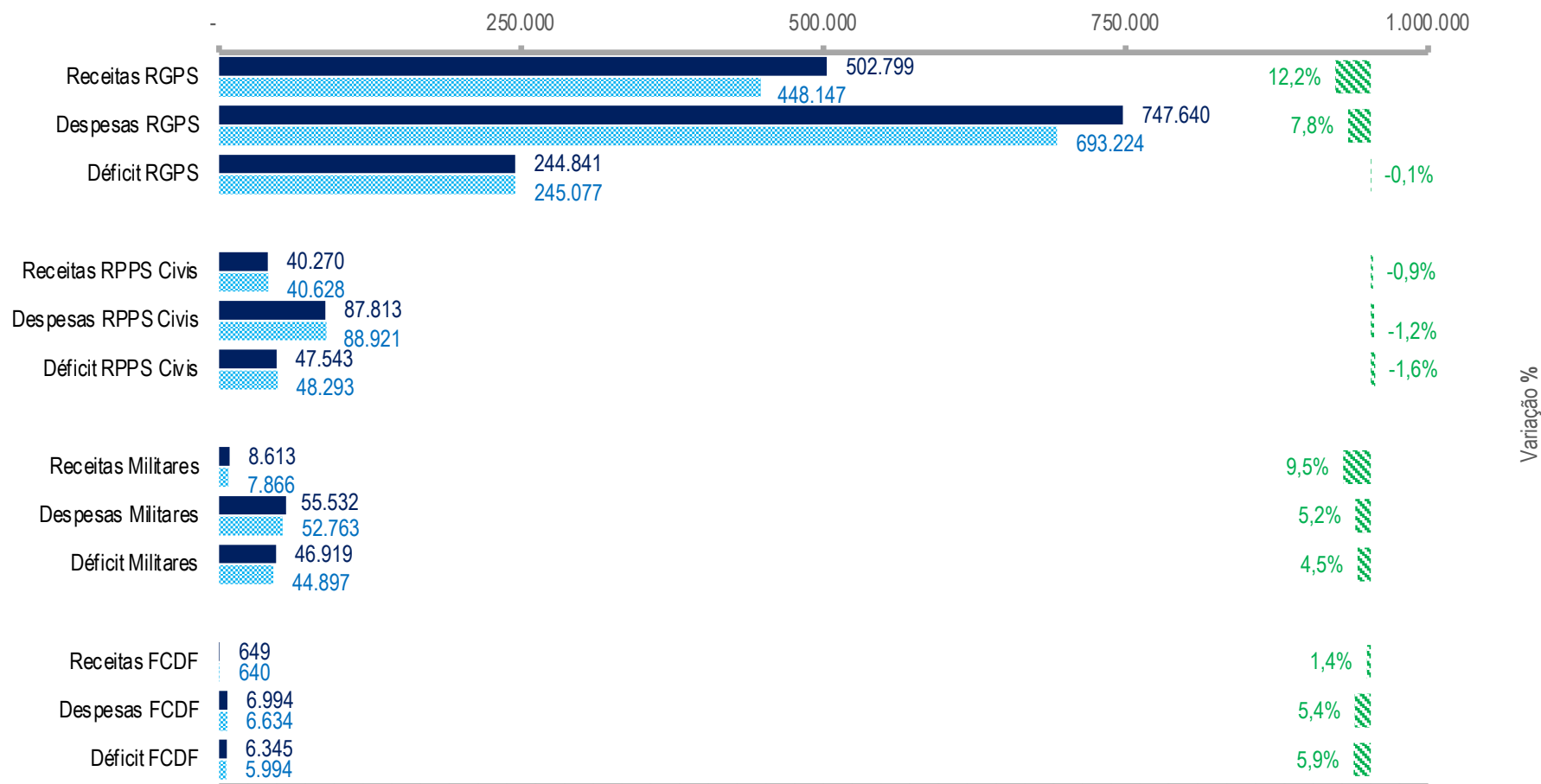
Anexo 4

Port. STN 924/2021

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - Acumulado últimos 12 meses (R\$ milhões)

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ Jul/2021 a Jun/2022

■ Jul/2020 a Jun/2021

■ Variação (%)

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2021, Anexo 4 – Previdência.

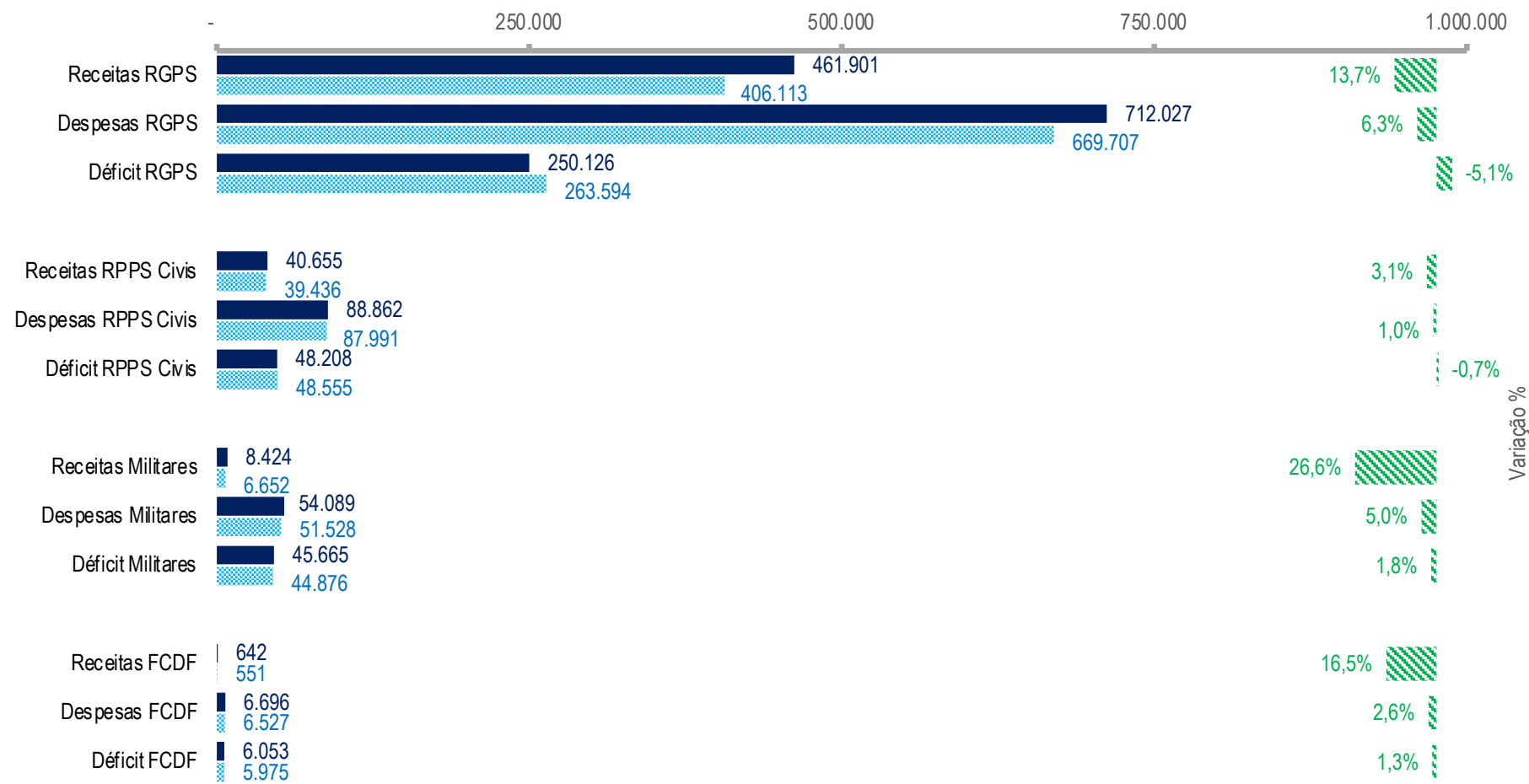
Anexo 4

Port. STN 924/2021

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - 2021 e 2020 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2021

■ 2020

■ % 2021/2020

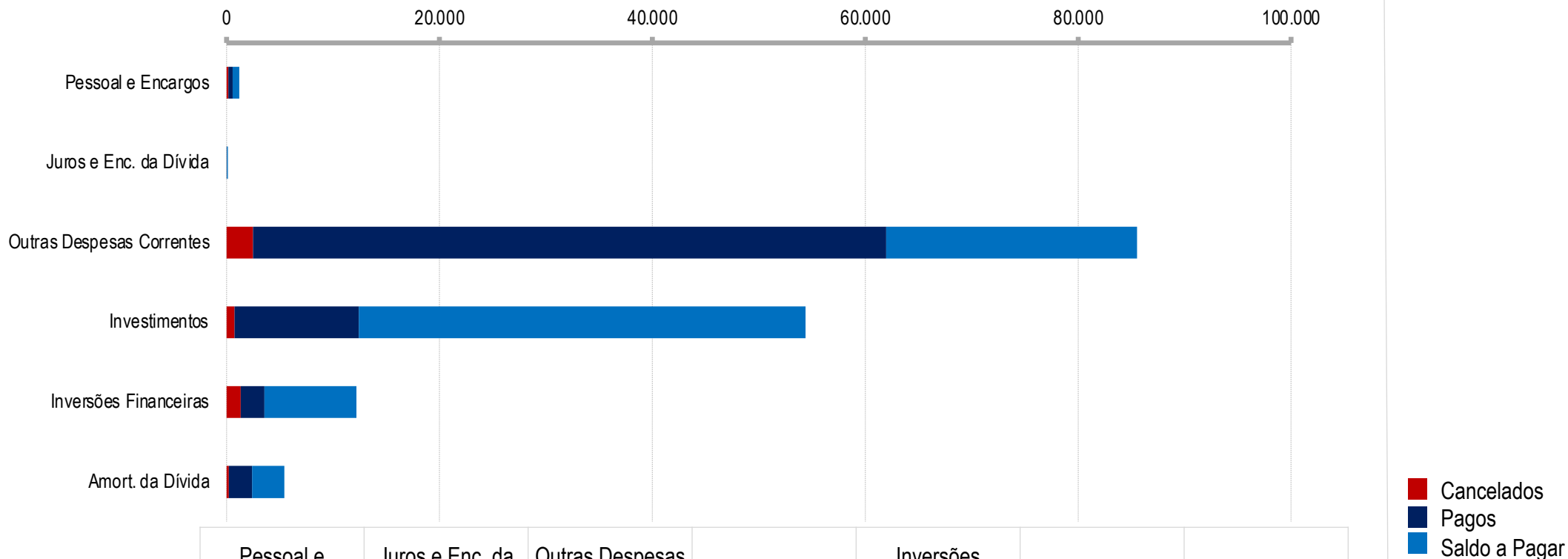
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 7

Port. STN 924/2021

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Junho/2022 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
Cancelado	164	-	2.476	732	1.323	219	4.914
Pagos	427	32	59.471	11.698	2.250	2.181	76.059
Saldo a Pagar	614	109	23.582	41.963	8.625	3.024	77.916
Total	1.205	141	85.528	54.394	12.198	5.423	158.889

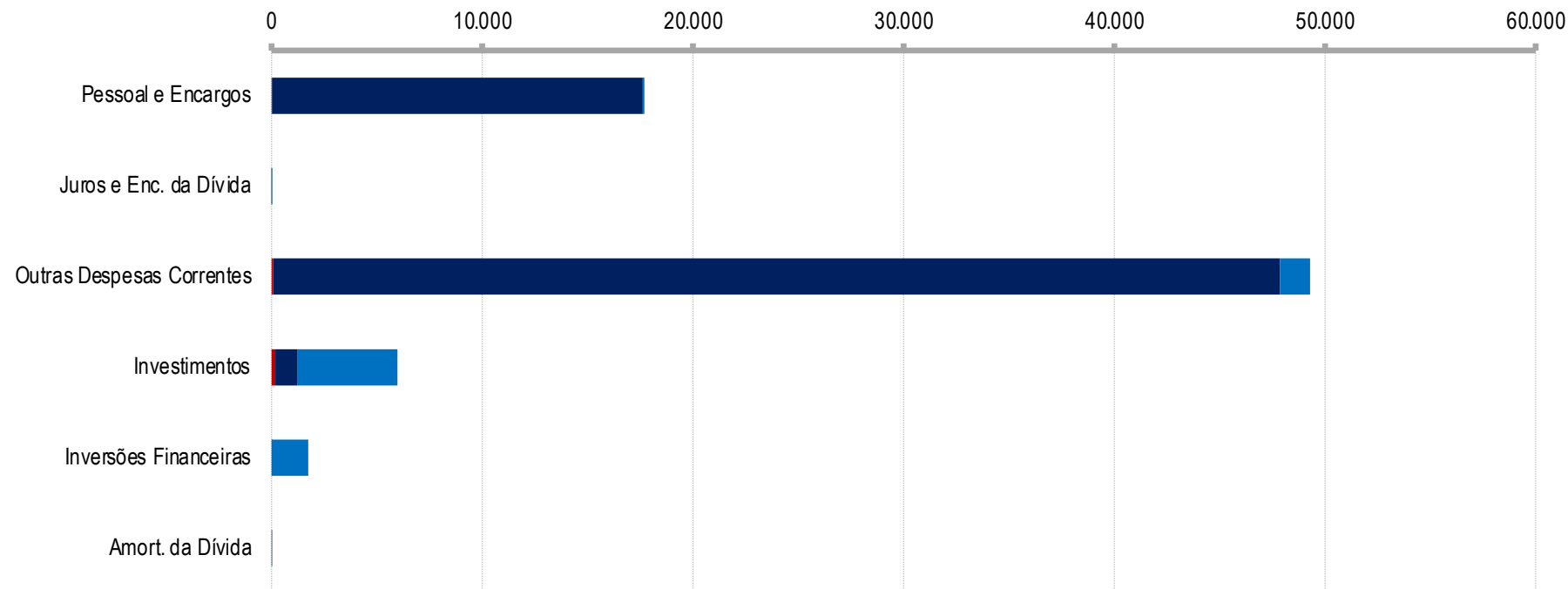
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2022, Anexo 7.

Anexo 7

Port. STN 924/2021

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Junho/2022 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	27	-	77	185	14	-	304
■ Pagos	17.594	0	47.783	1.053	9	2	66.441
■ Saldo a Pagar	85	1	1.429	4.733	1.722	-	7.970
Total	17.706	1	49.290	5.971	1.745	2	74.715

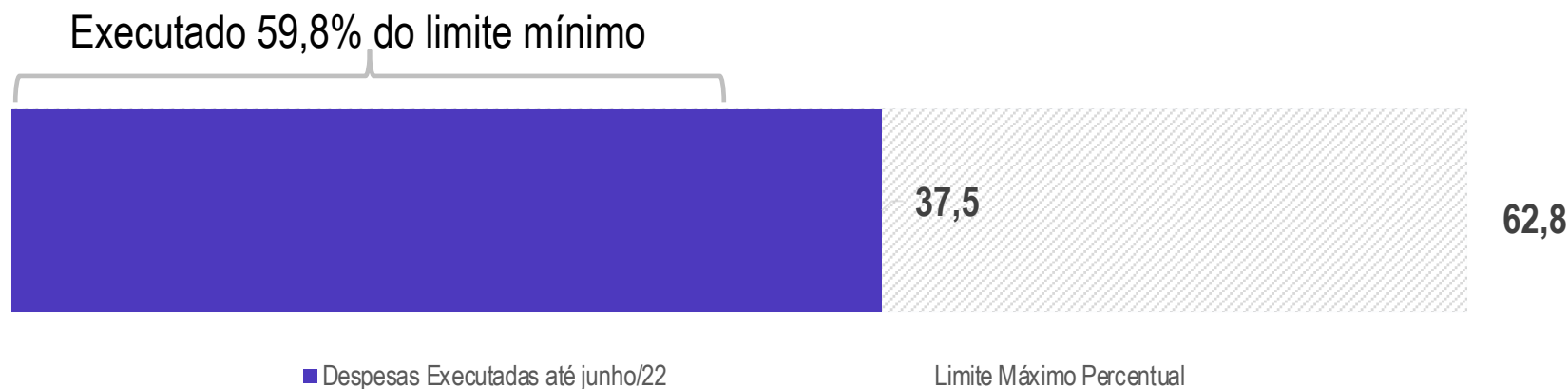
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2022, Anexo 7.

Anexo 8

Port. STN 924/2021

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Junho/2022 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em despesas com MDE o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.



Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

* Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, corresponde ao limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo correspondeu a 18% da RLI do exercício.

Comparação Despesas Executadas (em Junho) X Limite Mínimo (em Junho)

Limite de Educação	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	JUN/2022
Despesas Executadas com Educação	19,2	24,4	30,9	39,8	56,0	53,9	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	69,3	76,3	37,5
Limite Mínimo (em Dezembro)*	18,2	21,0	28,7	37,0	39,4	43,0	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4	55,6	62,8
Despesa Excedente ao Mínimo	0,9	3,3	2,2	2,8	16,6	10,9	12,6	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	14,8	20,7	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2022, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8

Port. STN 924/2021

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Junho/2022 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Junho/2022, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Junho	RLI	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2022	264,7	62,8	37,5	59,8%
2021	210,1	55,6	31,5	56,7%
2020	159,1	54,4	25,9	47,5%
2019	167,8	52,7	28,1	53,4%
2018	156,9	50,5	29,0	57,5%
2017	143,9	49,0	27,9	57,0%
2016	135,5	46,6	29,0	62,3%
2015	137,0	46,5	29,4	63,1%
2014	126,2	44,2	22,1	50,1%
2013	119,4	43,0	18,5	42,9%
2012	114,9	39,4	18,8	47,6%
2011	103,4	37,0	14,2	38,4%
2010	76,4	28,7	11,0	38,1%
2009	49,0	21,0	9,0	42,8%

Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC N° 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, corresponde ao limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo correspondeu a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2022 e anteriores, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

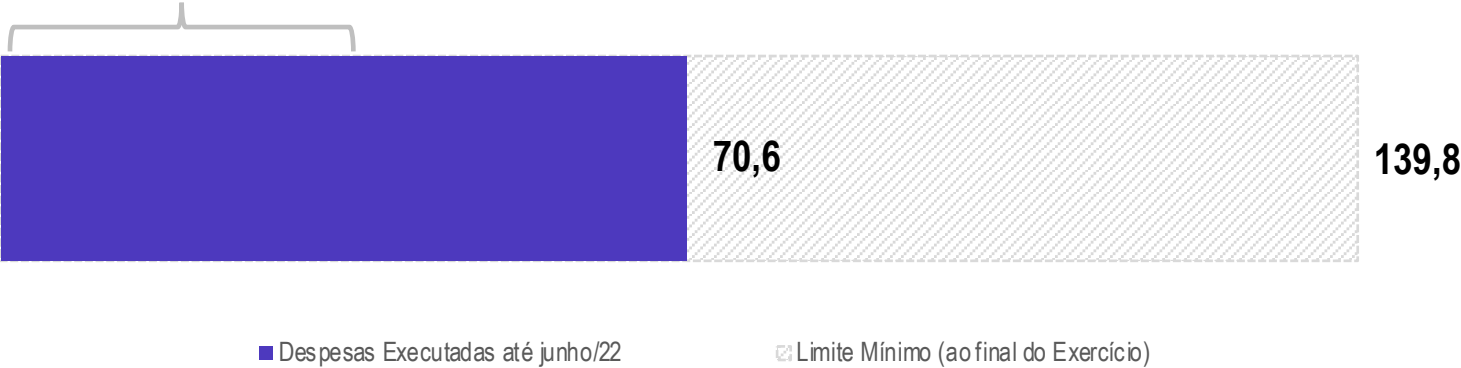
Anexo 12

Port. STN 924/2021

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Junho/2022 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

Executado 50,5% do limite mínimo



Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Comparação Despesas Executadas (em Junho) X Limite Mínimo (em Junho)

Limite de Saúde	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	JUN/2022
Despesas Executadas com Saúde	48,7	58,3	62,0	72,4	80,1	83,1	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0	179,1	70,6
Limite Mínimo (em Dezembro)	48,6	55,0	61,2	72,1	79,5	82,9	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2	127,1	139,8
Despesa Excedente ao Mínimo (no ano)	0,1	3,3	0,7	0,2	0,6	0,1	0,3	1,7	10,9	5,6	4,5	5,0	39,7	52,0	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2022, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12

Port. STN 924/2021

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Junho/2022 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Junho/2022, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Junho	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2022	139,8	70,6	50,5%
2021	123,8	64,8	52,4%
2020	121,2	65,1	53,7%
2019	117,3	46,7	39,8%
2018	112,4	48,7	43,3%
2017	109,1	48,1	44,0%
2016	95,4	46,5	48,7%
2015	98,3	46,5	47,3%
2014	91,6	41,3	45,0%
2013	82,9	32,7	39,5%
2012	79,5	29,0	36,5%
2011	72,1	28,5	39,5%
2010	61,2	25,5	41,7%
2009	55,0	22,4	40,7%

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

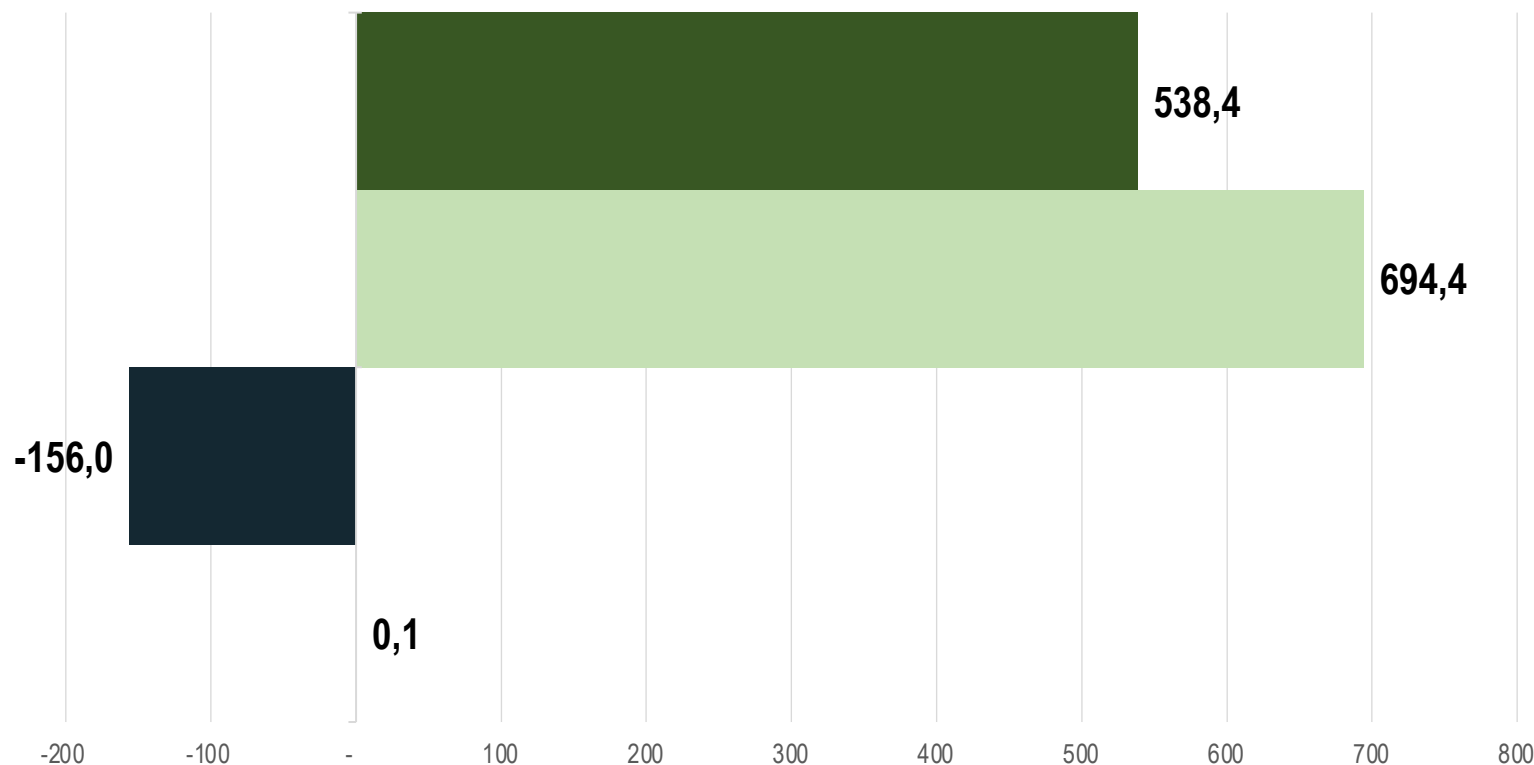
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2022 e anteriores, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Junho/2022 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



	R\$ bilhões
Receitas da Seguridade Social	538
Despesas da Seguridade Social	694
Resultado	-156
DRU	0

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2022, Tabela 1-A – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Junho/2022 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Junho de 2022, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RGPS	128,45	142,22	157,41	168,87	174,36	179,73	185,75	197,80	165,66	207,69	248,59
RPPS - Civil e FCDF	10,61	11,42	12,44	13,63	13,64	15,44	15,71	15,80	17,55	18,83	18,45
Pensões Militares	1,00	1,02	1,13	1,30	1,36	1,60	1,13	1,21	2,76	3,97	4,16
DeJuns (COFINS, CSLL e Outros)	106,13	120,20	127,36	134,08	173,98	122,29	138,98	141,94	150,03	219,04	267,18
Total das Receitas	246,19	274,86	298,34	317,88	363,34	319,06	341,56	356,75	336,00	449,53	538,38
Despesas da Seguridade Social											
Despesas do RGPS	151,45	171,74	187,35	203,52	235,01	262,81	275,27	292,53	360,52	384,03	419,65
Saúde	29,03	32,61	41,27	46,21	46,49	48,05	48,67	46,67	65,08	64,83	70,63
Assistência Social	26,05	29,80	32,05	35,05	37,83	41,53	43,17	45,63	177,06	75,07	83,98
RPPS - Civil e FCDF	29,17	31,62	31,53	34,18	35,55	40,73	42,11	44,67	47,08	48,12	47,37
Seguro Desemprego	13,96	15,98	15,30	19,89	18,41	19,15	18,16	18,36	20,03	18,34	20,46
Pensionistas Militares	11,70	12,30	15,65	17,26	8,42	9,54	10,65	11,39	11,46	12,00	12,57
Abono Salarial	0,41	0,38	0,11	0,55	9,17	7,66	7,93	8,31	14,25	10,76	22,60
DeJuns Despesas	8,47	10,11	11,16	12,13	12,65	15,11	16,10	16,11	16,81	17,35	17,14
Total das Despesas	270,24	304,52	334,42	368,80	403,54	444,58	462,05	483,67	712,28	630,49	694,39
Resultado											
Resultado da Seguridade Social	-24,05	-29,66	-36,08	-50,92	-40,19	-125,52	-120,48	-126,93	-376,29	-180,96	-156,01
Receitas Desvinculadas (DRU)	25,78	28,45	29,70	30,82	0,00	47,32	54,18	54,79	0,10	0,10	0,10
Resultado com Receitas Desvinculadas	1,74	-1,21	-6,39	-20,10	-40,19	-78,20	-66,31	-72,14	-376,19	-180,86	-155,91

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

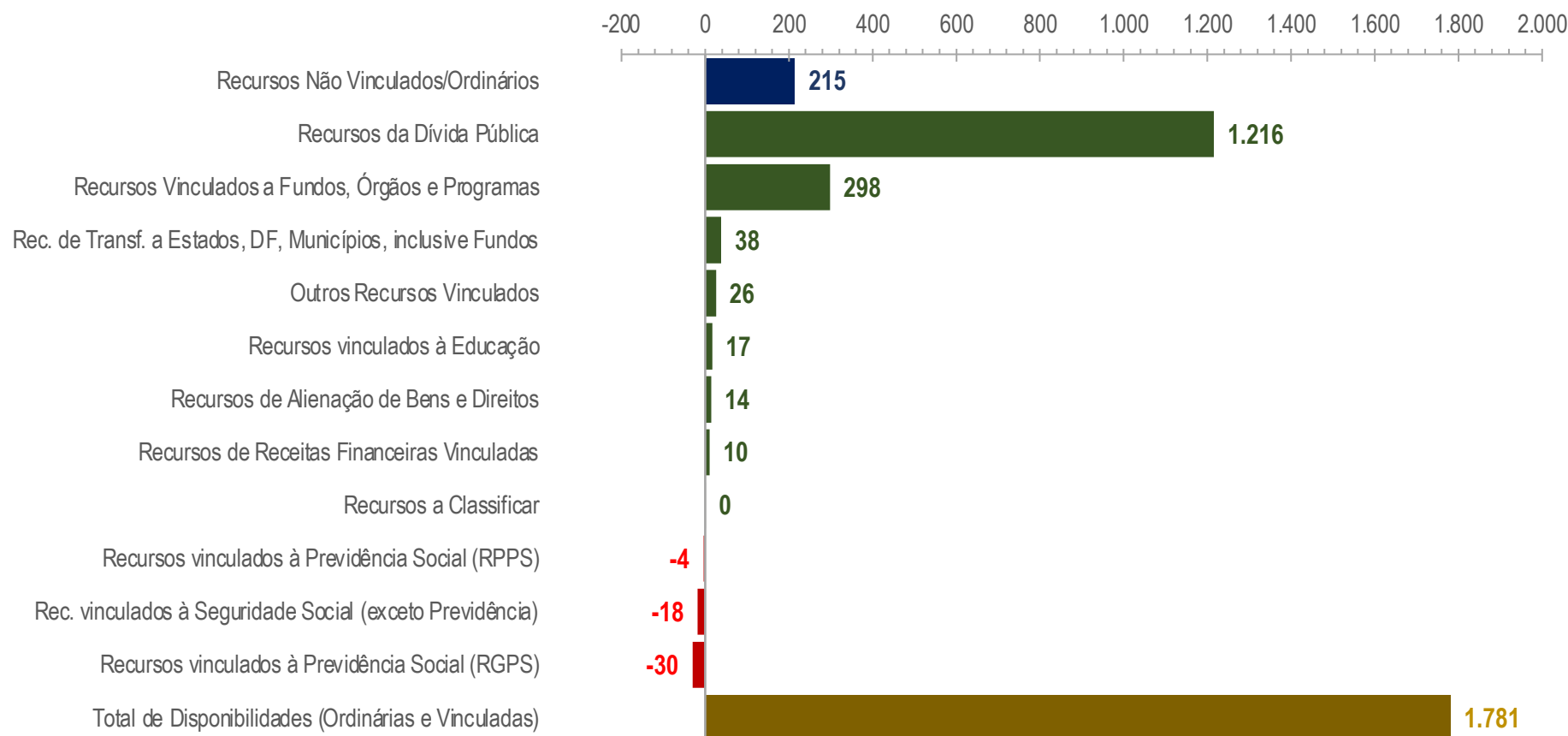
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2022 e anteriores, Tabela 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Junho/2022 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Junho/2022, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2022, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.